



MPF questiona providências de instituições de ensino

MPF cobra posição do Cefet após ameaças a estudantes em Angra

O Ministério Público Federal (MPF) questionou o Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (Cefet/RJ) sobre as providências adotadas após um episódio de intimidação no campus de Angra dos Reis, em 8 de outubro. Na ocasião, um homem entrou nas dependências da instituição e ameaçou estudantes durante uma mobilização, que, segundo eles, era em defesa da democracia. A iniciativa busca esclarecer as medidas de proteção aos alunos e apurar possíveis violações à liberdade de expressão no ambiente acadêmico. O caso em Angra é mais um que integra uma série de ocorrências relatadas em instituições de ensino. A intenção é verificar as providências adotadas para garantir a segurança de estudantes e professores e preservar a liberdade de expressão nas manifestações.

Inquérito civil apura relatos de sindicato

Foi pedido envio de ofícios a todas as universidades e institutos federais do estado, no inquérito civil que apura relatos apresentados pelo Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior. As instituições deverão informar ainda se identificaram indícios do chamado chilling effect, ou efeito inibidor, fenômeno em que o medo de represálias leva estudantes, professores e servidores a evitar manifestações e debates. O caso é conduzido pelo procurador regional dos Direitos do Cidadão Julio Araujo.



Caso é conduzido pelo procurador da República Julio Araujo

Comunidade indígena condenada

A Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) manteve, por unanimidade, a condenação da Editora Globo ao pagamento de R\$ 50 mil por danos morais à comunidade indígena Guarani de Bracuí, localizada em Angra dos Reis (RJ). A indenização foi fixada pela Justiça Federal fluminense em razão de reportagem que associou os indígenas ao tráfico de drogas e afirmou que a comunidade receberia cachaça em troca de maconha.

Sem honorários advocatícios, diz colegiado

Apesar de manter a indenização, o colegiado afastou a condenação da empresa ao pagamento de honorários advocatícios em favor do Ministério Público Federal (MPF), autor da ação civil pública que questionava o teor da reportagem. Os ministros entenderam que, nesse tipo de ação, só é cabível a condenação em honorários sucumbenciais se houver comprovação de má-fé do autor ou da parte ré.

Transporte

A Defensoria Pública do Rio obteve uma decisão judicial que garante transporte a um paciente em estado terminal, de Paraty, que sofre de doença renal crônica. A medida foi concedida por meio de tutela de urgência em uma ação de obrigação de fazer ajuizada pela Instituição contra o Município de Paraty e o Estado do Rio de Janeiro.

Gravidade

O assistido apresenta falência renal crônica e precisa realizar sessões de hemodiálise três vezes por semana em Angra dos Reis, a quase 100 quilômetros de sua residência. Além da gravidade da doença, enfrenta dificuldades de locomoção devido a problemas na articulação da perna direita, que provocam dores intensas.

Material escolar

O vereador Ruy Neto quer a criação da “Semana de Desconto do Material Escolar” em Resende. A medida visa implantar um período de ofertas especiais no comércio. Ruy pediu ainda ao Executivo um estudo de viabilidade para a implementação da medida, que poderá ser viabilizada por uma parceria entre o município e o comércio.

Saúde mental

Pessoas com transtornos relacionados ao uso compulsivo de jogos eletrônicos e de azar poderão contar com diretrizes específicas para atendimento em saúde mental no Estado do Rio. É o que determina o Projeto de Leim do deputado Fred Pacheco (PL), aprovado pela Alerj, nesta quarta-feira (14/10), em segunda discussão.

Sanção ou veto

O texto, que conta com a coautoria dos deputados Carlos Macedo e Tia Ju, ambos do REP, seguirá para o Governo do Estado, que terá prazo de até 15 dias úteis para sancionar ou vetar a proposta. E mais: a medida prevê atendimento multiprofissional, incluindo profissionais de psicologia, psiquiatria e serviço social.

‘Parque das Crianças’

A construção do Parque das Crianças no bairro Alegria Velha, em Resende, foi anunciada pelo vereador Romar Florenzano. Ele informou ainda que o terreno que irá receber a obra já foi desapropriado pela Prefeitura. A obra vem sendo solicitada à Prefeitura pelo vereador desde março de 2025, por meio de indicação.

Gisele Klingler e Raone Ferreira comemoram fim da escala 6x1

Vereadora de VR e deputado estadual eleito foram às redes sociais

Por **Sônia Paes**

A vereadora de Volta Redonda Gisele Klingler (PSB) e o deputado estadual eleito Raone Ferreira (PT) comemoraram, ainda na noite de quarta-feira (14), por meio das redes sociais, a aprovação pelo Senado da PEC que prevê o fim da escala 6x1 e a redução da jornada de trabalho. A proposta recebeu 75 votos favoráveis e um contrário em cada um dos dois turnos de votação. Pelo texto, as empresas terão 60 dias após a promulgação da emenda para adotar a escala 5x2 e reduzir a jornada máxima para 42 horas semanais. Após mais 12 meses, o limite passará a 40 horas semanais.

-Mais tempo para descansar, cuidar da saúde, estudar e estar com a família. Para tantas mulheres que enfrentam uma dupla jornada, essa conquista tem um significado ainda maior. A proposta segue para promulgação, e vamos acompanhar sua implementação. Hoje é dia de celebrar: descanso é direito, dignidade também - disse Gisele ainda na noite de quarta, logo após a aprovação da PEC pelo Senado.

O deputado estadual eleito Raone Ferreira também festejou, por meio das redes sociais,

e reforçou a importância da redução da jornada para a saúde dos trabalhadores. “É isso aí, fim da escala 6x1. Vitória do trabalhador”, disse Raone, que postou vários vídeos sobre a votação pelo Senado.

COMO FICA AGORA

O texto prevê descanso remunerado obrigatório de dois dias por semana, em jornada máxima de 5x2, sem redução salarial, e também reduz a atual jornada de trabalho de 44 para 40 horas semanais, com uma regra de transição total de 14 meses.

A mudança representa um marco na luta por direitos trabalhistas desde a Constituição de 1988, quando a jornada foi reduzida de 48 para 44 horas semanais, e concede um dia a mais de descanso para que trabalhadores com carteira assinada possam descansar, ampliar o convívio com a família e ter mais tempo de lazer e estudos.

Pelo texto, 60 dias após a promulgação da emenda constitucional as empresas deverão adotar a escala 5x2 e reduzir a jornada máxima para o máximo de 42 horas semanais de trabalho. Depois de mais 12 meses, a jornada será reduzida para 40 horas semanais.



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
COORDENAÇÃO DE LICITAÇÃO
AVISO

A COORDENAÇÃO DE LICITAÇÃO/SES TORNA PÚBLICA QUE O PREGÃO ELETRÔNICO Nº 305/26 - PROCESSO Nº SEI-080001/039991/2025, CUJO OBJETO É O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS 58 (CINQUENTA E OITO) CARDIOVERSORES COM CARRINHO DE PARADA, 15 (QUINZE) ELETROCARDIOGRAFOS, 24 (VINTE E QUATRO) MONITORES DE TRANSPORTE E 35 (TRINTA E CINCO) VENTILADORES DE TRANSPORTE), PARA ATENDER À SUBSECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE, QUE ENCONTRAVA-SE SUSPENSO, TEM SUA NOVA DATA DE ABERTURA MARCADA PARA O DIA 09/11/2026 ÀS 11H00. O EDITAL ENCONTRA-SE À DISPOSIÇÃO DOS INTERESSADOS NOS SITES: WWW.COMPRAS.RJ.GOV.BR, HTTPS://SEI.FAZENDA.RJ.GOV.BR E WWW.GOV.BR/PNCP/PT-BR. PODENDO TAMBÉM SER RETIRADO DE FORMA IMPRESSA, NA COORDENAÇÃO DE LICITAÇÃO, MEDIANTE A ENTREGA DE 01 (UMA) RESMA DE PAPEL TAMANHO A4, SITO À RUA BARÃO DE ITAPAGIPE, 225, 7º ANDAR - RIO COMPRIDO - RIO DE JANEIRO – RJ – CEP 20261-901, DE 2ª A 6ª FEIRA, DAS 10H00 ÀS 16H00, INFORMAÇÕES PELO E-MAIL: LICITACAO@SAUDE.RJ.GOV.BR.